

Abertura política traz esperanças

Segundo estas entidades, a declaração tem como objetivo principal estabelecer uma política pela qual todas elas se guiarão daqui para frente para promoverem o desenvolvimento da agricultura e pecuária do DF. O documento deixa claro que esta política surge exatamente neste momento, porque o País está atravessando o seu ponto máximo dentro do processo de abertura política, com a eleição de Tancredo Neves à Presidência da República.

Para as entidades representativas da agricultura e pecuária do Distrito Federal, as claras manifestações de mudança expressadas pelo Presidente eleito as estimularam a formular as sugestões contidas no documento e que, segundo elas, também deverão ser seguidas e aplicadas pelo novo governo que assumir o Palácio do Buriti. Pelo menos, assim as entidades acreditam.

E por isso que os 13 tópicos de sugestões da "Declaração de Política Agropecuária" também soam nitidamente como claras reivindicações para os próximos governos do DF e Federal apesar de abordarem os grandes temas ligados à agropecuária local de maneira bem geral e objetiva.

PRIORIDADE

Lembrando que o Distrito Federal e toda a sua Região Geoeconômica forma uma das áreas mais promissoras e de enorme potencial produtivo dos cerrados, o documento diz, a princípio ser indispensável que o setor rural local mereça tratamento prioritário e compatível com essa importância, com os investimentos públicos à altura dessa capacidade produtiva. "O Distrito Federal é, certamente, o caso mais gritante de investimentos concentrados em áreas urbanas (Plano Piloto e Cidades Satélites) em detrimento das necessidades da zona rural", observa o documento.

As sugestões deixam claro, ainda, que parte destes investimentos e o crédito rural são um importante instrumento de execução da política agrícola, por ser o meio mais rápido e eficaz de se promover o desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Em função disso, as entidades sugeriram que as taxas deste crédito devem ser condizentes com a realidade do setor e até mesmo subsidiadas em alguns casos, "já que em inúmeras situações esse subsídio não provoca o agravamento da espiral inflacionária, como muitas autoridades econômicas, apregoam", esclareceram as entidades.

Outro ponto abordado pela declaração é a questão fundiária do Distrito Federal. O docu-

mento pede modificações nesse setor, como forma de estimular a tranquilidade para o produtor rural, os investimentos privados. Para as entidades, essas modificações devem assegurar o acesso à terra para os legítimos agricultores, empresários, agrícolas ou trabalhadores capacitados à sua exploração.

Para que esse acesso seja realizado, a declaração sugere que não se permita a existência de latifúndios e minifúndios improdutivos e que também não se mantenham estas áreas como meros "sítios de lazer" da classe média de Brasília. Neste ponto, o documento pede ainda que as áreas ociosas ou mal utilizadas em posse do poder público sejam transferidas para o setor privado.

AGROINDÚSTRIA

A implantação de agroindústrias na região de Brasília, harmoniosamente integradas aos municípios da região geoeconômica também é sugerida no documento das entidades de agricultura. Segundo a declaração, essas indústrias aproveitariam os produtos agropecuários produzidos na área, estimulando e aumentando a oferta de empregos na região, criando condições para a organização e fixação da população rural. "Isso viria a reduzir a migração do homem do campo para os centros urbanos", conclui a declaração.

Além deste grande ponto, a "Declaração de Política Agropecuária" sugere ainda a criação de programas de caráter social junto às comunidades rurais nas áreas de saúde, educação, proteção ao trabalho e até segurança. Pede, também, uma melhor política fiscal para a agropecuária, como o Governo do DF promovendo a isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) em produtos como o leite. Uma melhor estrutura de comercialização e abastecimento também foi sugerida, como forma de garantir os ganhos do produtor e a oferta de alimentos para o consumidor.

Na divulgação da "Declaração de Política Agropecuária", compareceram cerca de 200 empresários da região do Distrito Federal. As entidades que elaboraram os documentos foram as Cooperativas Agropecuárias de Brasília; Agrícola Mista do Planalto; Agropecuária da Região do DF, de Eletrificação do Distrito Federal e de Eletrificação Rural da Região Geoeconômica. As Associações: Apícola do Distrito Federal; de Criadores do Planalto; dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Brasília; de Psicultura do Distrito Federal; e de Suinocultura do DF. O Sindicato Rural de Brasília também participou do documento.